

A ótica do empresariado fluminense

sobre o Governo Collor

Júlio César Oliveira de Souza*

Doutorando em História Social pela UERJ

cezar1707@gmail.com

Resumo

O presente artigo faz uma análise da movimentação da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) dentro da conjuntura das ações de caráter político e econômico do governo Collor, as quais versavam, dentre outros temas, sobre financiamento da produção e reformas estruturais que tangenciavam o âmbito do processo produtivo. Como desdobramento da temática supra-mencionada, buscamos explicitar a articulação do empresariado fluminense com trabalhadores sob o eixo capital-trabalho-governo, cuja ótica vislumbrava aumento de renda e manutenção de empregos e, por fim, examinamos o impacto econômico causado pela crise política iniciada com escândalo do “Esquema PC”, a qual engendrou mudanças no rumo e objetivos de curto prazo dessa fração da classe dominante (POULANTZAS, 1978, 25).

Abstract

This article analyzes the activities of the Federation of Industries of Rio de Janeiro State (FIRJAN) within the context of the political and economic actions of the Collor government, regarding, among others, financing of production and structural reforms that affected the production process. As an extension of the above theme, we tried to explain the collaboration of Rio entrepreneurs with workers in the capital-labor-government complex that envisioned increased income and job maintenance, and finally, we examine the economic impact caused by the political crisis that began with the “PC” scandal, which engendered changes in directions and short-term goals for this fraction of the ruling class.

1. Um breve histórico da FIRJAN e sua importância no cenário nacional

A FIRJAN, foi constituída oficialmente em 16 de março de 1975 como associação sindical de âmbito estadual, com sede e foro jurídico na cidade do Rio de Janeiro, seus fins são o estudo, coordenação, proteção e representação legal das categorias econômicas da indústria, dentro dos limites da base territorial do atual estado do Rio de Janeiro. Essa entidade é a resultante da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974 (Lei da Fusão do Estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro), a qual preconizou a absorção dos acervos de duas entidades sindicais, extintas em 15 de março de 1975: a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (Fiega) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ). A primeira dessas entidades fora fundada em 27 de novembro de 1937 com o nome de Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (FSIDF), e recebera sucessivamente as denominações Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIDF) e Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (Fiega). A segunda — FIERJ — funcionava desde 1950 com sede na cidade de Niterói e jurisdição no antigo território fluminense.

A fusão do estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro trouxe à cena um embate político, visto a Fiega ter, à época, maior volume político, enquanto a FIERJ detinha maior conhecimento das necessidades do território fluminense. Nas negociações, o último presidente da FIERJ, Jair Nogueira, cedeu a presidência da Federação das Indústrias do novo estado do Rio de Janeiro a Mário Leão Ludolf, da Fiega, assumindo como vice-presidente na primeira diretoria da Firjan-CIRJ em 1975. Mario Leão Ludolf fora presi-

dente dessa instituição até 1980, logo após, Artur João Donato (MARQUES, 2010) elegeu-se para o respectivo cargo na FIRJAN e, simultaneamente, no CIRJ (Centro Industrial do Rio de Janeiro). Em sua gestão, Donato criou o sistema FIRJAN, o qual engloba a própria federação, o CIRJ, o Senai-Rio (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o Sesi-Rio (Serviço Social da Indústria) e o Instituto Euvaldo Lodi (CALICCHIO, 2013). Donato também aumentou a representação de empresários do interior do estado na FIRJAN, assim como o número de escolas do Senai nos municípios fora da região metropolitana. Depreendemos, nesse sentido, que a criação do sistema visava o fortalecimento da indústria fluminense por meio de diferentes frentes.

A primeira, a FIRJAN, além de nutrir o desejo incentivar a indústria do interior do estado, que não teve atenção durante a gestão de Ludolf, tem a função de desenvolver e coordenar estudos, pesquisas e projetos para orientar as ações de promoção industrial e novos investimentos no estado do Rio de Janeiro. Seus Conselhos Empresariais temáticos e Fóruns Empresarias setoriais discutem tendências e lançam diretrizes para ações de apoio e assessoria às empresas. A segunda, o CIRJ, possibilita às empresas a ele associadas acessar, em condições diferenciadas e com um atendimento personalizado, os serviços oferecidos pelas cinco instituições integrantes do Sistema FIRJAN. A terceira, o Senai, promove a capacitação tecnológica das empresas, por meio de programas de assessoria técnica e tecnológica e de formação profissional, além da qualificação e especialização de trabalhadores em todos os níveis. A quarta, o Sesi, tem o objetivo de promover ações para a promoção da saúde, educação, esporte, lazer e cultura direcionadas aos trabalhadores e às comunidades em que estão inseridos. Ele atua também nas áreas de saúde ocupacional, segurança do trabalho e

meio ambiente. Enquanto o Instituto Euvaldo Lodi promove a capacitação empresarial e dá apoio à pesquisa e à inovação tecnológica. Concomitantemente, realiza o trabalho de integração entre indústrias, universidades e instituições de pesquisa no estado do Rio de Janeiro¹.

Vista pelo prisma do cenário nacional, a atividade industrial do estado do Rio de Janeiro era complementar à de São Paulo, em cujo parque lançava-se mão de tecnologias de ponta. Não obstante a essa conjuntura, o produto interno bruto fluminense era o 2º do país. A maior parcela das empresas sediadas no estado pertencia à indústria de base (em torno de 30%), sendo notável a participação de capital estatal, 80 %, nesse subconjunto (SILVA, 2012, 46), o que torna o estado singular no âmbito nacional.

É na questão da participação do Estado na economia que surge o primeiro ponto de convergência entre Firjan e o Governo Collor. O Presidente da República, sob a égide de um projeto neoliberal, concebia a privatização de empresas estatais, o que era apoiado pela entidade industrial. A manutenção do status quo desses industriais dependia da constituição de consórcios e associações entre grupos nacionais e estrangeiros. Havia a necessidade de grande aporte de capital para realização de atividades econômicas. Nesse sentido, a valorização patrimonial seria dada a partir de subsídios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e captações internacionais por bancos estrangeiros e nacionais hedgeadas por títulos públicos cambiais (MIRANDA; TAVARES, 2012, 339).

A indústria ligada à exploração do petróleo no Rio de Janeiro também foi um elemento chave nas relações com o governo Collor. Entre 1985 e 1990, o crescimento acumulado da indústria extrativa brasileira foi de 12,7%, bem abaixo

do do percentual fluminense, que fora de 21,5% neste mesmo período (SILVA, 2012, 61), tendo destaque a produção petrolífera da bacia de Campos. Isso tornava imperativa a participação da empresa estatal Petrobras no desenvolvimento econômico da região. Nesse eixo, Collor nomeou Ricardo Lins de Barros, importante empresário do Rio de Janeiro ligado a FIRJAN, vice-presidente da Petroquisa, sinalizando seu apoio à instalação de um Polo Petroquímico no estado, grande anseio do empresariado fluminense desde a década de 1980.

O projeto do Polo Petroquímico visava a integração da economia fluminense pelo fato de a matéria prima (gás natural e nafta) ser farta e disponível no território do Rio de Janeiro. Segundo o estudo realizado pela AD-RIO² (Agência de Desenvolvimento Econômico e Social), os impactos nos campos econômico e social seriam um faturamento anual da ordem de 1,4 bilhão de dólares, a criação de 73.000 vagas de emprego e uma geração de impostos de cerca de 260 milhões de dólares.

A estratégia do Presidente da República parecia ser bem definida. Por um lado deixava o processo de implementação do Polo nas mãos de um empresário ligado diretamente ao ramo de produção de produtos petroquímicos, por outro, agradava todo um conjunto de empresários que iriam se beneficiar direta ou indiretamente com sua instalação no estado do Rio de Janeiro, desta forma angariando apoio político do 2º estado mais rico da federação.

² Fundada 1987, com sede no Rio de Janeiro, é reconhecida pelo Governo Estadual como de utilidade pública, conforme o Decreto nº 10.942, de 27/01/88. Seu objetivo é a promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado do Rio de Janeiro. Dentro da organização da estratégia de promoção investimentos, cabe a esta agência a elaboração de estudos de pré-viabilidade, de tendências e vocações de mercado e regionais, além de estudos setoriais que forneçam subsídios a empresas e investidores. A busca de parcerias, tanto técnicas quanto financeiras, para o desenvolvimento dos trabalhos é outro foco que orienta a atuação desta instituição.

¹ <http://www.firjan.org.br/data/pages/40288094212F790101213013CD7D651D.htm>. Acessado em 13/04/2014.

2. O Projeto de Reconstrução Nacional e as Câmaras Setoriais

Em 14 de março de 1991, foi lançado o Projeto Brasil que posteriormente seria chamado de Projeto de Reconstrução Nacional. O objetivo de Collor era costurar um entendimento com empresários, sindicatos de trabalhadores e políticos por meio de uma linha-mestra cujo conteúdo abarcava questões relativas ao papel do Estado, economia, educação, seguridade social, ciência e tecnologia, dentre outras. No cálculo do Presidente da República, essa seria a melhor alternativa após o malogro na economia no primeiro ano de governo. As pressões advindas da sociedade e de agentes econômicos obrigavam-no a apresentar soluções para os problemas em voga, sendo a inflação o de maior intensidade, pois prejudicava uma maioria esmagadora da população brasileira. A instabilidade macroeconômica também afetara em cheio múltiplos interesses do capital. Seus representantes, frações da classe dominante brasileira, aspiravam pela manutenção do status quo, contudo, a globalização e a crise da dívida externa seriam fatores determinantes para a transformação do contexto econômico-social.

Se nos debruçarmos sobre as ações da fração da burguesia industrial do Rio de Janeiro, localizável ao nível econômico da constituição e reprodução do capital, percebemos que a mesma açambarcou critérios políticos e ideológicos dentro de uma conjuntura concreta. Sob esse ponto de vista, entendemos as diferenças dentro do seio da classe dominante. Uma fração desta mesma classe pode exercer um papel de força social relativamente autônoma (POULANTZAS, 1978,25). Tal afirmação se encaixa no estudo sobre a FIRJAN durante o governo Collor, na medida em que a entidade delineia ações de apoio ao Presidente da República, sem, contudo, deixar de criticar alguns aspectos de ordem econômica e política.

Em meio a essa conjuntura, Collor deveria lidar com o fracasso de seu primeiro ano de governo procurando formas de manter a governabilidade e o estabelecimento de um consenso, pelo menos entre ele e a classe dominante. O primeiro passo foi a criação do “Projeto”, composto de 48 projetos de lei, 9 decretos e 7 emendas à Constituição. O objetivo principal era proceder uma reforma do Estado, mudar a organização da economia e resgatar a dívida social.

Na sede da FIRJAN, seu presidente, Arthur João Donato, em entrevista coletiva elogiou a ação do governo, sinalizando sua satisfação afirmou:

O Projeto é um trabalho relevante. Não discuto seu mérito. Mas é importante que seja apoiado por toda a sociedade. Todos nós clamávamos por metas que nos devolvesse a esperança de um Brasil melhor. O que existe de concreto no país, hoje, é o Projeto. É preciso que se estabeleça uma atuação convergente, pois a atuação paralela não nos conduzirá a nenhum resultado positivo³.

No que toca à fala de Donato, podemos inferir que existe a preocupação do estabelecimento de um consenso. Ávidos por investimentos estrangeiros, essa parcela do capitalismo industrial brasileiro empenhou-se no apoio ao Projeto, mas sem perder de vista o cenário macroeconômico que dilapidava uma boa parte de seu lucro, pois os altos índices de inflação e seus desdobramentos, como por exemplo, os juros altos, impactavam o processo produtivo. A perda do poder de compra do trabalhador, corroído pelo processo inflacionário, e a redução de postos de trabalho numa economia em recessão representavam a o utra face da mesma moeda. Em síntese, a manutenção do mercado consumidor brasileiro de bens fabricados pela indústria estava ameaçado pelos baixos salários e por uma

³ Revista Firjan-Cirj Informa, nº10, semana 22 a 28/03/1991.

política macroeconômica recessiva, sem investimentos, antes assumidos através de empréstimos do governo federal. Sobre a questão salarial, é mister salientar que o empresariado criticava a dilapidação de renda classe trabalhadora com intuito de forçar o governo a reduzir a carga tributária imputada às empresas, dessa maneira seria possível promover volumes compatíveis de acumulação de capital como o de períodos anteriores, ainda que num ambiente macroeconômico de recessão, de falta de investimentos.

O Projeto tratava como prioritários para reconstrução nacional, dentre outros temas, a reestruturação da economia, a organização sindical e as formas de financiamento da economia nacional e capital estrangeiro. Para efeito deste artigo, abordaremos apenas os três temas supramencionados. Sobre a questão da reestruturação da economia o governo argumentara da seguinte forma sobre o cenário a ser enfrentado:

A limitação da concorrência e o excesso de regulamentação também facilitaram a prática de margens de lucros abusivas. Na ausência de estímulo ao desenvolvimento tecnológico e a busca de ganhos de produtividade, a manutenção de margens elevadas dependia igualmente da prática de salários baixos e do uso predatório de recursos naturais. Contudo, margens de lucro elevadas são também reflexo do risco envolvido no gerenciamento das atividades empresariais em um cenário de forte instabilidade. Neste quadro perverso estão algumas das principais causas do aprofundamento da concentração de renda no Brasil, e também da inflação, na medida em que a iniquidade distributiva gera uma tensão permanente no mercado de trabalho, alimentando a espiral preços salários (BRASIL, 2008, 47).

Esse diagnóstico dado pelo governo não era nenhuma novidade para as partes interessadas (empresários e intelectuais de partidos de esquerda e de sindicatos). O cerne da ques-

tão era como se daria a transição do modelo de Indústria de Substituição de Importações (ISI) para o modelo neoliberal. Em seu primeiro ano de mandato, Collor ensaiava uma modernização autoritária induzida pelo processo de perseguição de progresso à americana, comum à nossa Tradição Republicana (VIANNA, 1991, 11), o que indicava objetivo de reformas de cima para baixo. Contudo, a diminuição da popularidade do governo e a falta de sustentação política no Congresso Nacional ensejariam mudanças na estratégia de ação do governo. Dentre elas, está a busca de um consenso, o qual pudesse realinhar a direita que serviria como base robusta aos objetivos almejados por Collor em sua administração. Destarte como primeiro passo o governo reconheceu, pelo menos formalmente, a necessidade da participação ativa de agentes econômicos, públicos e privados. O governo julgou oportuno afirmar que a expansão do parque produtivo e os investimentos em ciência e tecnologia deveriam ser realizados pela iniciativa privada, enquanto o Estado deveria prover um ambiente macroeconômico estável, infraestrutura e instituições que dessem suporte ao aumento da produtividade das empresas (BRASIL, 2008, 48).

Como argumento para o aumento da produtividade, o governo afirmara que abertura comercial, já imposta no primeiro ano de seu mandato, seria capaz de colocar pressão concorrencial sobre os produtos brasileiros forçando a diminuição de preços no mercado e facilitaria a importação de equipamentos e tecnologia. Esse processo resultaria na reestruturação do parque produtivo e no aumento das exportações, visto a inserção do Brasil mercado internacional. Na pauta governamental ainda existia a intenção da desoneração de impostos federais para produtos industriais e semi-industriais voltados para exportação.

Entendemos essa linha de argumentação

do governo como controvertida. Ha-Joon Chang demonstra que existe um padrão histórico extraordinariamente persistente de desenvolvimento econômico por meio de proteção à indústria nascente, isso é válido tanto para Grã-Bretanha do século XVIII, quanto para a Coreia do século XX (CHANG, 2004, 115). Embora tenha ocorrido a diversificação e a ampliação da estrutura industrial brasileira, com a indústria de transformação ampliando sua participação no PIB de 19% em 1955 para 30% em 1990, fazendo com que o PIB crescesse em média 6,3% a.a. e ocorresse um incremento na diversificação das exportações, cuja pauta era de 1% para produtos manufaturados em 1955 e, no final da década de 1980, correspondera a cerca de 50% (MOREIRA, 295), o Brasil não foi capaz de tornar sua indústria em detentora de capacidade técnico-científica suficiente para concorrer no mercado internacional com empresas altos investimentos em ciência e tecnologia. Quase toda tecnologia utilizada no país, com raras exceções, pertencia aos grandes conglomerados internacionais, pertencentes aos países da tríade Europa-EUA-Japão. Isso nos leva à outra questão, que tipo de indústria com bases em território nacional seria cabível a esse contexto, no qual os altos investimentos em ciência e tecnologia se fazem necessários para competição dentro de um mercado globalizado?

Podemos inferir que a resposta à questão supramencionada está no estudo realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sua linha de argumentação indica que o crescimento das importações gerou uma alocação mais eficiente dos recursos, o que gerou maior ganho de escala de produção e especialização, assim apontando para um caminho no qual a indústria nacional perderia espaço para as empresas transnacionais produtoras de bens de consumo, o que torna inteligível o au-

mento do nível das importações não significar a desindustrialização do país. Havia o interesse em produzir no Brasil lançando mão da nova lógica do capital, que era delineada pela redução dos custos de produção facilitada pelas novas tecnologias (principalmente às atreladas à tecnologia da informação) para multiplicação cada vez mais veloz do capital em escala planetária. Nesse contexto, o parque industrial brasileiro era atrativo por possuir mão de obra barata e abundância de recursos naturais, além de um número expressivo de empresas transnacionais em território nacional. Aqui, importa destacar que a AD-RIO, agência de fomento de projetos no Rio de Janeiro, era patrocinada tanto por indústrias nacionais, quanto por estrangeiras, nos levando a inferência de que havia um diálogo, prévio e consensual, entre os industriais ligados à FIRJAN e capitalistas estrangeiros, representados por empresas transnacionais, sobre as mudanças no campo macroeconômico, inclusive no que tocava o aumento das importações.

Depreendemos, a partir do exposto, que a opção de política industrial brasileira perpassa pela sua inserção no mercado internacional em moldes conservadores. Essa era a vertente de desenvolvimento econômico apoiada pela FIRJAN, cujo ponto central era sua articulação com o capital estrangeiro na intenção de manter o status quo do empresariado fluminense. Francisco de Oliveira revela o significado dessa opção: “(...) o subdesenvolvimento não era, exatamente, uma revolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos” (OLIVEIRA, 2003, 127).

Assim entendemos o subdesenvolvimento como parte estruturante da sociedade brasileira, sendo ele a opção de frações da classe dominante, ou seja, ocorre uma revolução pro-

dutiva, mas sem uma revolução burguesa. Não existe um projeto emancipador da burguesia nacional, não há nenhum esforço para liquidar o patrimonialismo e nem resolução para o agudo problema do financiamento interno da expansão do capital. O endividamento externo sempre foi a “solução”, fato que configura a financeirização da economia e das contas do Estado brasileiro. Como outrora, a opção de Collor foi a de cadenciar a conservação de um Estado dependente de apoio internacional, no qual a burguesia interna renuncia a um projeto nacional (OLIVEIRA, 2003, 132). Em outras palavras, o Projeto, no que tange à economia, não passara de mais um projeto conservador, cujo objetivo principal era a manutenção do status quo da classe dominante, ainda que sob essa nova via de desenvolvimento, o neoliberalismo.

No caso brasileiro, Chang afirma que a defasagem de produtividade do país com as nações industrializadas é de cerca de 5 para 1 (CHANG, 2004, 120), ou seja, para a indústria brasileira chegar ao nível daquelas dos países desenvolvidos, seria necessário um incremento de produção 5 vezes maior do que o realizado. Evidentemente, com poucos investimentos esse patamar de desenvolvimento não seria alcançado, o que reforça a ideia de opção pelo subdesenvolvimento com subordinação aos ditames do mercado internacional.

Outro eixo de atuação governamental na política industrial foi o Programa de Competitividade Industrial (PCI). Na verdade, este programa foi uma resposta às críticas dos agentes produtivos ao cerceamento de sua participação nas decisões que implicavam diretamente no segmento industrial. Naquele momento, o governo se dispôs a dialogar com algumas lideranças políticas e empresariais selecionadas, até então, todas as decisões eram tomadas no seio da equipe econômica do governo, sob o comando da

Ministra Zélia Cardoso de Melo. Destarte, o PCI emergiu como resultado das negociações entre agentes burocráticos e membros da comunidade acadêmica, aos quais foram incorporados alguns políticos e empresários ligados a empresas nacionais e estrangeiras. O objetivo do programa era eliminar distorções e privilégios associados ao regime de comércio exterior e à política de incentivos, concomitantemente ele deveria estimular a capacitação tecnológica e apoiar o incremento da qualidade e da produtividade das empresas industriais, num claro movimento de ajuste de alocação de recursos. Diante da grande monta do tema e sob o signo do fracasso da política econômica do Plano Collor I, o governo foi obrigado a negociar com o empresariado, porém sob bases ainda restritivas.

O PCI foi bem recebido pela indústria fluminense. O presidente da FIRJAN, Arthur Donato elogiou o programa afirmando que ele traria mais investimentos, modernizaria, e criaria mais empregos no setor industrial. E complementou:

Em primeiro lugar essas medidas surgiram como um desafogo, gerando expectativas otimistas no meio industrial. Foi um ato que serviu pra abrir perspectivas para o setor, pois possibilitará que se modernize a economia. Posso dizer, falando em nome dos industriais do Rio de Janeiro, que as medidas tiveram uma enorme repercussão.⁴

O programa do governo foi ao encontro dos interesses dos industriais do Rio de Janeiro, os quais, por meio da FIRJAN, já haviam estabelecido o ano de 1991 como ano da competitividade da indústria fluminense. O programa de competitividade da FIRJAN foi elaborado pelo Centro Técnico de Estudos Sócio Econômicos (Centec), órgão da instituição, e tinha duas linhas de atuação, uma voltada para a economia interna das empresas e outra para a externa. Dentre

⁴ *Monitor Mercantil*, 01/03/1991. p. 3.

as ações planejadas estavam a construção de um Centro de Treinamento Empresarial (CTE), na cidade de Petrópolis, voltado para o treinamento de empresários e dirigentes empresariais com o apoio do Senai-RJ; a implantação da Câmara de Investimentos do Rio de Janeiro, com participação do BNDES, BANERJ, Banco do Brasil, AD-RIO, Finep, e Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiutec); e a criação de uma rede internacional de negócios integrando a FIRJAN-CIRJ, através de um terminal de computador, a 350 centros de negócios, localizados em 14 países⁵. Não menos importante, o treinamento de pessoal ligado a cargos de liderança nas empresas denota uma atitude de adaptação à mudança de paradigma de competição industrial, que seria permeado por novas técnicas de gestão inter-relacionadas com o processo de globalização.

Outro instrumento que ampliou a base de negociação entre governo, trabalhadores e empresários foram as Câmaras Setoriais. Elas surgiram no final da década de 1980, como tentativa de estabelecer diagnósticos de competitividade setorial, identificar as causas das distorções existentes e indicar as estratégias para seu equacionamento, tinham o papel de discussão da política industrial em nível setorial (ANDERSON, s/d, 1). No governo Collor, as câmaras serviram de instrumento na política de preços durante o fim do congelamento imposto pelo Plano Collor II. Entretanto, no segundo semestre de 1991, o governo redefiniu seu papel por meio da criação das cartas-compromisso com cada setor, englobando o desenvolvimento de programas do governo, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e o PCI, todos no âmbito dos setores (ANDERSON, s/d, 1).

Podemos entender as Câmaras Seto-

riais, a partir de 1991, como parte de um processo de flexibilização no caráter das decisões da política industrial, uma vez que expressou a coordenação de esforços de diversos técnicos e dirigentes de agências governamentais, além de refletir a combinação de ações entre Executivo e Legislativo, ambos empenhados em trazer uma resolução para administração da saída do congelamento, este imposto pelos Planos Collor I e II, além da negociação sobre preços e salários da cadeia produtiva (ANDERSON, s/d, 1).

Esse ponto de inflexão do governo em relação aos empresários fica mais evidente nas palavras da Secretária Nacional de Economia, Dorothea Werneck⁶ durante o simpósio “Empresários e Governo: realidade e perspectiva de um relacionamento”, organizado pela FIRJAN em maio de 1991:

O processo de descongelamento de preços será conduzido pelas Câmaras Setoriais. E, ultrapassada esta fase, sem prazo fixado, os preços passarão a ser classificados nas categorias tabelados, monitorados e livres, submetidos a um compromisso de autorregulação assumido por cada setor.⁷

O padrão de financiamento da economia é uma questão vista como prioridade no Projeto de Reconstrução Nacional. No referido documento, o governo argumentava que a redução de fundos e o crescente desequilíbrio das contas públicas tornou o sistema financeiro um veículo de transferência da poupança do setor privado para o público, visando suprir as necessidades deste de recursos. Essa conjuntura teve como reflexo

⁶ Mestre em Economia da FGV - Rio de Janeiro (1972) e doutora em Economia pelo Boston College (1975). Sua formação acadêmica demonstra que sua via de pensamento era monetarista, corrente econômica predominante nos países centrais à época, fato este que demonstra a proximidade de Collor com interesses internacionais. Foi Secretária de Emprego e Salários do Ministério do Trabalho e Secretária Executiva do Conselho Interministerial de Salários Estatais-CISE (1985-88); Secretária de Planejamento Econômico e Social da SEPLAN (1988-89); e Ministra do Trabalho (1989-90). É notório que ela teve um papel importante na gestão de Sarney. Havia rumores na época de que estava ocorrendo uma “sarneyzação” da equipe econômica, após a saída de Zélia.

⁷ Revista Firjan-Cirj informa. Nº 20, semana de 06 a 13/06/1991.

⁵ Jornal do Comércio. 21/02/1991. p. 14.

a queda substancial da taxa de investimento da economia e a obsolescência do parque industrial brasileiro (BRASIL, 2012, 66). Como solução foram propostas reformas, algumas já realizadas por meio dos Planos Collor I e II, que seriam capazes de viabilizar a mudança de padrão de financiamento da economia brasileira.

No que tange ao financiamento de curto e médio prazo não houve alterações significativas. Os bancos de carteira comercial continuariam a atender as demandas desse nicho de mercado. As mudanças mais significativas estavam no financiamento de longo prazo. Segundo a proposta do governo, essa perspectiva de financiamento se dividia em quatro segmentos, a saber: mercado de capitais; fundo de aplicações financeiras; financiamento imobiliário e financiamento público. O segmento de mercado de capitais era visto como fundamental para captação de recursos de longo prazo, consoante o Projeto Brasil, iria capitalizar as empresas e democratizar a propriedade (BRASIL, 2012, 67). Em virtude de sua importância, foi elaborado um Plano Diretor que tinha os objetivos de desregularizar, fomentar e criar um ambiente mais favorável a esse segmento de financiamento. Destacamos a seguir algumas linhas mestras desse Plano Diretor: apoio à participação dos empregados nos lucros das empresas; revisão de questões tributárias, como tratamento conferido aos dividendos; mais agilidade e maior eficácia da justiça sobre questões dos mercados financeiro e de capitais, no sentido de proteger investidores e reprimir as irregularidades; flexibilização das regras para captação de poupança externa, visando a abertura gradual do mercado ao exterior, com livre fluxo de capitais e investimentos (BRASIL, 2012, 67). Os empresários do Rio de Janeiro pretendiam a partir da desregulamentação financeira gradual, transformar o estado num centro financeiro internacional.

O posicionamento de apoio à abertura

comercial já estava demarcado desde março de 1990, ano do início do mandato de Collor, por meio de uma propaganda com o título provocativo: ‘Quem tem medo do presidente?’ - na contracapa da Revista Firjan Cirj Informa. Seu conteúdo expressava apoio às ações do novo Presidente da República:

Quem tem medo do presidente? O presidente Collor quer modernizar o país. Quer uma economia de mercado com empresas competentes e competitivas praticando a livre concorrência e estimuladas a investir na produção. Isso pode assustar a muita gente, menos à Firjan. Não é de hoje que a indústria do estado do Rio de Janeiro estava esperando esta mudança nas regras do jogo. Se as palavras de ordem são produtividade, modernidade e eficiência, o presidente pode contar com a gente. Para nós, o jogo já começou.⁸

A partir desta propaganda, conseguimos entender que a FIRJAN apoiou o governo e seu plano econômico que trazia no seu bojo temas como abertura comercial, diminuição do papel do Estado na economia e estabilidade econômica, todos pertencentes ao programa neoliberal com os quais a entidade empresarial fluminense expressava estar em consonância. Assim, fica evidente o apoio à mudança do padrão de acumulação de capital, que, segundo Virgínia Fontes, seria com a participação de capitais estrangeiros, exigindo rearranjos no interior da classe dominante brasileira, resultando no predomínio do capital monetário, associando estreitamente os interesses de todos os setores monopolistas: industriais urbanos ou rurais, fabris ou de serviços; comerciais; bancários e financeiros não bancários (FONTES, 2010, 258).

O segundo segmento de financiamento, Fundo de Aplicações Financeiras (FAF), substituiu os fundos de curto prazo e o overnight. O cerne de sua atuação era a captação de cotas por

⁸ Revista Firjan-Cirj informa. Março. 1990. p. 2.

meio de instituições financeiras. Os recursos adquiridos seriam utilizados para projetos agrícolas, os de elevado interesse social e para o PCI (Programa de Competitividade Industrial). O terceiro segmento, financiamento imobiliário, trazia no seu bojo modificações estruturais. Para o governo, o Sistema Financeiro de Habitação tinha uma captação de recursos inadequadas, que se limitavam ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e à caderneta de poupança visto o ambiente macroeconômico instável. Como resolução, foi proposta a atuação do Estado apenas para os segmentos de baixa renda, sendo os demais atendidos pelo setor privado. O quarto e último segmento de financiamento é o do setor público. Dentre os financiadores estão o sistema BNDES e o Banco do Brasil. Segundo o governo, o critério para cessão de capital pelo BNDES deveria estar em consonância com o objetivo de assegurar a competitividade da estrutura produtiva e os investimentos em infraestrutura (BRASIL, 2012, 73). Sobre este último, já havia, à época, um Projeto de Lei que visava a regulamentação da concessão de serviços públicos, fato que evidencia o ensaio da participação do setor privado em questões que antes eram estritamente de Estado, como por exemplo, a manutenção e conservação de rodovias. Nessa conjuntura, os papéis do Banco do Brasil eram o de ofertar crédito agrícola e de capital de giro mais a realização da execução financeira de programas governamentais.

O capital estrangeiro é outro ponto sobre o qual se debruça o Projeto de Reconstrução Nacional. O tema se desmembra em tratamento da dívida externa e investimento direto estrangeiro. Sobre o primeiro, o governo procurou justificar a necessidade de refinanciamento da dívida externa como maneira de favorecer a atração de capital estrangeiro, assim reestabelecendo relações com a comunidade internacional e, concomitan-

temente, suprimindo necessidades complementares de capital e tecnologia, ambos fundamentais para o desenvolvimento (BRASIL, 2012, 68-69). Após a assunção de Márcio Marques Moreira como novo ministro da Economia, Fazenda e Planejamento esse processo de negociação da dívida externa tomou contornos decisivos. Sua política econômica, chamada de “feijão-com-arroz”, tinha como objetivo fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e uma proposta fiscal emergencial para o ano de 1992. Além disso, gozava de grande credibilidade junto ao empresariado, corrobora esta afirmação as seguintes palavras de Mário Amato, então presidente da Fiesp: “(...) a equipe econômica é ótima e deve prosseguir com suas reformas(...) a única preocupação é separar a crise política da condução econômica.” (FILHO, 1993, 48)

O objetivo de fechar o acordo com o FMI fora cumprido pelo então ministro, contudo, se faziam necessárias reformas ligadas ao ajuste fiscal como contrapartida de injeção de capital estrangeiro no país. A meta acordada com o Fundo fora a de reduzir o déficit nominal de 36% do PIB em 1991 para 18% em 1992 e cerca de 5% em 1993 (DALMAZO, 1993, 44).

O acordo com o FMI foi aprovado em 29 de janeiro de 1992 e o de reestruturação dos débitos com o Clube de Paris concretizado em 26 de fevereiro de 1992, ambos eram fundamentais para dar início às negociações com os credores privados. O paradigma de negociação fora delineado pelo Plano Brady. Este Plano, segundo Ceres Aires, previa a renovação da dívida e sua reestruturação mediante troca por bônus de emissão do país devedor. Seus termos envolvem o abatimento da dívida, seja pela redução de valor principal, seja pela redução dos juros da mesma. As garantias de pagamento, visando à adesão dos credores, eram dadas pelo caução da compra de títulos da dívida do tesouro americano, no caso

do valor global da dívida; e no caso da garantia de pagamento dos juros, o país devedor deveria pegar um empréstimo com uma das agências multilaterais (FMI; Banco Mundial ou Banco Interamericano de Desenvolvimento) e depositar o dinheiro numa conta especial. Todas essas ações deveriam estar agregadas ao receituário do Consenso de Washington.

Sobre o investimento direto estrangeiro, o Projeto vislumbrava sua atração por meio de medidas de estabilização econômica e pela mudança na legislação constitucional. O governo o entendia como principal instrumento de captação de capital que seria capaz de equacionar as contas do governo por meio da compra de empresas estatais e, concomitantemente, atenderia as demandas das empresas transnacionais residentes no país, as quais poderiam fazer transações financeiras entre as filiais no Brasil com as do exterior. Apesar de achar adequado o tratamento dado ao capital estrangeiro pela lei 4131 de 1962, pretendia-se ampliá-lo, mudando os artigos 170 e 171 da constituição federal (BRASIL, 2012, 74). A intenção era estender o conceito de indústria nacional às empresas estrangeiras que dinamizassem o processo produtivo, induzindo, desta maneira, o crescimento e o desenvolvimento tecnológico.

A proposta de mudanças de relação entre capital e trabalho também fez parte do Projeto. Sob o argumento de que os dissídios coletivos forçavam a uma cadeia transmissora de aumentos salariais, sem compromisso com a estabilidade econômica (BRASIL, 2012, 80), o governo concluía que o arcabouço institucional era arcaico e precisava de mudanças, visto as transformações econômicas ocorridas desde a implantação da CLT, na década de 1940.

A solução, segundo proposta do governo, seria a criação de um novo estatuto para

as relações de trabalho. A nova legislação teria como ênfase a adoção de um contrato coletivo de trabalho⁹, em detrimento do contrato individual de trabalho, visto como paternalista. Entendia-se que a nova regulamentação poderia dinamizar acordos entre entidades ligadas aos trabalhadores e sindicatos patronais, especialmente em um ambiente econômico de recessão. A ideia central era de estimular a negociação direta entre capital e trabalho, retirando do Estado o papel de tutela nessa relação.

O Projeto de Reconstrução Nacional foi debatido no âmbito interno da FIRJAN. Em abril de 1991, em reuniões realizadas pelo Conselho de Assuntos Econômicos, o Centec, apresentou um parecer técnico sobre seu impacto no campo macroeconômico. Chegou-se ao consenso de que as propostas do governo deveriam ser debatidas de forma mais profunda, levando em consideração o desempenho microeconômico no conjunto macroeconômico. Outro ponto que chama a atenção é o registro, em ata, da assunção, por parte do governo, da crise de ideias e da possibilidade de solução dos problemas nacionais, fato que gerou a manifestação de que o empresário tinha o direito de defender seu mercado, o qual estava sendo destruído junto com a renda do trabalhador, com a finalidade de desenvolver o país¹⁰. Os desdobramentos dessa afirmativa aparecem na reunião realizada em junho de 1991 pelo mesmo Conselho. Dentre eles estava a realização de lobby para aprovação do Projeto de Lei que versava sobre a taxa de juros - o seu controle poderia diminuir a corrosão da renda e dos lucros das empresas. A discussão sobre a resolução dos problemas emergenciais do Rio de Janeiro também foi tema da pauta, dentre os quais estavam:

9 É o instrumento normativo que resulta de uma negociação de âmbito mais amplo que o de uma categoria, podendo ser pactuado em um ou mais setores econômicos e profissionais, bem como em dimensão nacional. Fonte: actrav.itcilo.org/courses/.../05_A_CUT_pergunta_a_OIT_responde.doc
10 ATA Nº 04/91. Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos. Firjan. 1991. p. 2.

incentivos fiscais do estado do Rio de Janeiro; incentivo à pequena empresa; regulamentação de um fundo de desenvolvimento econômico; e promoção e interação de pequenas e médias empresas com empresas de grande porte. A essas ações, deveria ser somada uma postura mais agressiva na defesa dos legítimos interesses do empresariado fluminense, com a revigoração do escritório da FIRJAN em Brasília¹¹. Em resumo, não havia um consenso de que o Projeto seria a solução no campo macroeconômico.

No que tange à relação capital-trabalho, a FIRJAN tinha interesse na mudança da legislação em vigor. Os temas mais recorrentes nas reuniões do Conselho de Assuntos Sociais e Trabalhistas eram a participação dos empregados nos lucros das empresas e a negociação coletiva. Para materializar as mudanças pretendidas pela classe, o empresariado fluminense vislumbrava participar da comissão a ser formada pelo governo para reformar a CLT¹². O interesse pela negociação coletiva não se esgotava em ações no âmbito político. Internamente a FIRJAN promovia discussões por meio de seminários, e articulava com entes políticos a possibilidade de aprofundar seu conhecimento sobre o tema.

Foi oferecido a FIRJAN, por meio do Consulado Norte-Americano do Rio de Janeiro, um programa a ser patrocinado pelos EUA que traria conferencistas daquele país ao Brasil. Nesse sentido, foi proposto pela entidade industrial a vinda do presidente da maior organização de trabalhadores dos EUA com intuito de apresentar a sua visão sobre a atividade sindical naquele país¹³. Nesse país, o contrato coletivo de trabalho é celebrado em nível de empresa, tendo a duração de 3 anos, podendo ser prorrogado em até

60 dias. O Estado regulamenta-o indiretamente e as partes envolvidas exercem a fiscalização de sua aplicação. Esse era o modelo preferido pela Força Sindical (FRANCO FILHO, s/d).

A organização de seminários era outra forma de entender a atividade sindical. Por meio de discussões, comparou-se a atividade sindical brasileira com a de outros países¹⁴. A citação, durante reunião do Conselho de Assuntos Sociais e Trabalhistas, da palestra proferida por Peter Lange, cujo tema fora: “Sindicatos, mudanças e crises: as estratégias sindicais na França e Itália (1945-1980)” nos chamou atenção, embora não tenha sido redigida na íntegra. É importante sinalizar que, na Itália, a negociação é realizada em nível nacional por suas três grandes confederações de empregados com uma empresa ou sindicato patronal. Concretizado o pacto social, o Estado organiza e estimula sua implementação. Os conflitos individuais são resolvidos pelas comissões de fábrica e, só excepcionalmente, são levados ao poder judiciário (FRANCO FILHO, s/d, 53). Assim nota-se que a FIRJAN analisava as possibilidades de mudanças na estrutura sindical por meio de uma perspectiva comparativa, sendo emblemática a costura de relações com o Consulado Norte-Americano. Em nosso entendimento, essa aproximação entre a entidade industrial e os EUA denota a preferência pelo padrão sindical americano, no qual a participação do Estado no acordo coletivo de trabalho é bem diminuta.

3. Reformas e Salários, dois pesos de uma mesma medida

Após a implantação dos Planos Collor I e II, o cenário macroeconômico continuava desfavorável, apesar da queda do nível de inflação que passara de 1140,267% acumulada ao ano, no mês de janeiro, para 374,479%, no mês da saída de Zélia do governo, maio de 1991. Dois motivos

11 ATA Nº 05/91. Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos. Firjan, 1991. p. 2-3.

12 ATA Nº 01/91. Conselho Assuntos Sociais e Trabalhistas. Firjan, 1991. p. 2.

13 ATA Nº 05/91. Conselho Assuntos Sociais e Trabalhistas. Firjan, 1991. p. 3.

14 ATA Nº 05/91. Conselho Assuntos Sociais e Trabalhistas. Firjan, 1991. p. 2.

permeavam a instabilidade econômica, a primeira era opinião de especialistas de diferentes matrizes teóricas que descrevia o plano econômico como paliativo, justificando que o congelamento seguraria a inflação enquanto perdurasse, após, o nível de inflação ascenderia novamente. Em dezembro de 1991 essa afirmativa foi comprovada, a inflação acumulada ao ano chegou ao patamar de 472,700%¹⁵. O segundo motivo residia na falta alinhamento da política econômica com os demais segmentos da sociedade, como o Congresso Nacional e os agentes econômicos. Dessa maneira, mesmo após apresentação do Projeto, como maneira de surtir efeitos de apoio da sociedade, o governo Collor sofreria uma maior pressão por parte da FIRJAN, ainda que houvesse um pacto velado entre eles, o qual tinha a finalidade de despejar um grande aporte de investimentos no estado do Rio de Janeiro.

No segundo semestre de 1991, a FIRJAN procurou intensificar seu projeto de profissionalizar o empresariado para o fortalecimento da classe em meio ao cenário político e econômico instáveis por meio da criação do Centro de Treinamento Empresarial, que seria responsável pela formação política de novas lideranças empresariais. A temática que envolvia a crítica aos problemas econômicos do país passou a ser mais recorrente nas atas de reunião do Conselho de Assuntos Econômicos. Em reunião realizada em agosto de 1991, Donato sinalizou que existia um desentendimento entre governo e Congresso Nacional, o que agravava a situação econômica do país, contudo ainda vislumbrava a possibilidade de um pacto social. Os empresários também debateram, na mesma ocasião, sobre os impasses na economia, que não eram resolvidos e vistos com perplexidade pela classe empresarial, inclusive em nível de suas associações de classe. Afirmou-se que este fato impedia o desenvolvimento

natural das empresas. A conclusão do Conselho era de que se esse problema só seria revertido com a conscientização empresarial a ser liderada, a nível nacional, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Sobre esse aspecto, a FIRJAN estava afinada com a CNI, pois o Conselho Temático de Economia dessa entidade passou a ser presidido por Arthur João Donato, presidente da Firjan, o que formou um bloco de ações mais organizado, evitando comportamentos e atitudes dispersos em matérias de interesse do empresariado nacional¹⁶.

Em outubro de 1991, o Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos debateu sobre o seguinte tema, “Um novo modelo de crescimento para o país: A classe empresarial em busca de um consenso”. Deliberou-se que a FIRJAN deveria manifestar-se de forma veementemente sobre a crise econômica pela qual passara o país por meio da CNI, a intenção era dar ressonância nacional à adoção das soluções necessárias que fizessem o país retornar ao equilíbrio econômico, só assim as empresas poderiam ter como meta principal o seu próprio desenvolvimento, segundo o Conselho. Os conselheiros também chegaram a um consenso sobre uma gama de assuntos que tocavam a economia brasileira, dentre eles estavam a adoção do aumento do padrão do poder aquisitivo dos brasileiros, o qual deveria ser proporcional ao progresso do país; a liberalização da economia, com a interferência do Estado somente em casos excepcionais; a aceleração das privatizações; e planejamento familiar, visto o alto crescimento populacional, principalmente nas grandes cidades, o que dificultava proporcionar alguma espécie de bem-estar para essa população¹⁷.

Seguindo uma linha mais ofensiva em

15 Fonte: <http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/1991.aspx>. Acessado em 29/07/2014.

16 ATA Nº 07/91. Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos. Firjan.1991.p 2-4.

17 ATA Nº 10/91. Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos. Firjan.1991.p 1-2.

relação ao governo federal, a FIRJAN divulgou editoriais e entrevistas que versavam sobre temas inerentes à conjuntura econômica em formato de temas mais pontuais, como o do da reforma tributária. Um dos primeiros dessa linha de raciocínio foi o texto intitulado de “Os salários brasileiros são injustos”, escrito por Albano Franco, presidente da CNI, entidade empresarial cada vez mais próxima da fluminense¹⁸. Nele, Franco comparava os encargos sociais brasileiros, na casa dos 85%, com os de outros países, como Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, EUA e Japão que estavam em torno de 50, 46, 37, 30, 27 e 22% respectivamente. Argumentava que a tributação brasileira encarecia excessivamente os custos de produção, isso refletia de forma incisiva em qualquer intenção de aumento de salários. Nesse sentido, Albano Franco sugeria uma negociação entre empregados, empregadores e governo, de modo a melhorar para as três partes¹⁹, segundo suas próprias palavras.

O ataque à alta carga tributária também fez parte do texto “A razão da crise”, inicialmente publicado no sumário econômico da Confederação Nacional do Comércio e, após na Revista Firjan-Cirj Informa. Em formato de editorial, citava um estudo do professor Stephan Kanitz²⁰ da Universidade de São Paulo. O levantamento realizado demonstrava que do caixa da 500 maiores empresas do país, à época, saíam 44,2% em taxas, contribuições e impostos para o governo, enquanto 21,5 % iam para os salários dos trabalhadores. Nos EUA, a tributação era de 7,6% e 42,1% do faturamento eram gastos em salários. Dessa maneira procurou-se demonstrar de forma numérica o verdadeiro responsável

pelo drama brasileiro, o Estado. Para Kanitz, a cobrança de tributos não era revertida na capacidade de investimentos em serviços públicos, o que provavelmente deu fôlego ao seu argumento. Temia-se também o aumento da carga tributária que poderia ser a resultante das negociações com o Congresso nacional sobre o emendão. O estudo lançava bases para um paradigma econômico que consistia no direcionamento de recursos para o setor privado produtivo em vez do setor público, redução do papel do Estado a partir das privatizações e da desregulamentação, e resgate social com os recursos que o governo já dispunha. Todo esse arcabouço teórico fazia parte da corrente teórica monetarista ventilada por organismos de financiamento, como o Fundo Monetário Internacional. A argumentação do professor fazia sentido se alinhada com os interesses da classe dominante, pois investimentos no setor produtivo realmente seriam capazes de aumentar a produção e criar empregos²¹. Contudo é cabível lembrar que a obtenção de capital via empréstimo do FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial ou até mesmo credores pertencentes ao Clube de Paris exigiam reformas estruturais na economia. Em geral essas reformas forçavam a redução da participação do Estado e aumentavam sua dívida pública, visto a taxa de juros cobrada pelos credores. Isto nos leva a crer que o pano de fundo é manter as empresas brasileiras dentro de uma ordem capitalista em plena transformação do padrão de acumulação de capital, mas por meio da exploração da parcela que vende sua força de trabalho. O governo aumentaria suas dívidas, tornando mais elástico o prazo de pagamento, entretanto enrijeceria seu poder de gastos com custos sociais. A maior parte da arrecadação iria para o pagamento da dívida externa, enquanto os trabalhadores poderiam ter aumento de renda, mas em condições ainda precárias de manutenção de emprego sem um ambiente econômico estável e sustentável

18 A CNI nunca chegou a representar a indústria de todo país, sua base de representação estava no nordeste do país. A FIRJAN vislumbrava potencializar seus interesses conjugando-os com os da CNI, essa era a maneira de delinear uma política industrial a ser pleiteada junto ao governo federal.

19 Revista Firjan-Cirj informa. Setembro. 1991. Nº 33. p. 2.

20 Mestre em Administração de Empresas pela Harvard University, foi professor Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Fonte: <http://www.administradores.com.br/stephenkanitz/>.

21 Revista Firjan-Cirj informa. Outubro. 1991. Nº 37. p. 10.

a longo prazo por causa de impasses entre segmentos do âmbito político e agentes econômicos. Esse baixo nível de negociação do governo praticamente impossibilitava qualquer tipo de intervenção econômica que gerasse um ambiente confortável para investimentos dos empresários.

Em entrevista à Revista Firjan-Cirj Informa, Ricardo Lins de Barros, vice-presidente da FIRJAN comentou sobre a conjuntura econômica no país. Criticou mais do que elogiou as ações do governo no campo econômico. Essa mudança de postura em relação ao governo provavelmente tinha relação com sua exoneração da vice-presidência da Petroquisa, em março de 1991. Esse cargo na empresa estatal era tido como de fundamental importância para a instalação do Polo Petroquímico no estado do Rio de Janeiro, visto como solução para a recessão na região. Com a saída de Lins de Barros do cargo, a política amistosa entre a entidade empresarial fluminense e o governo começa a tomar outro rumo, como demonstra o conteúdo da entrevista. Nele, o vice-presidente da FIRJAN expunha que imperava no país uma crise de confiança na política econômica do governo e era necessária uma cirurgia profunda na estrutura do país, porque os paliativos, ou choques econômicos não resolviam os problemas econômicos. Criticou o tamanho do Estado visto a impossibilidade de uso da poupança externa, a alternativa mais imediata para investimentos era a poupança interna. No que tangenciava às demissões no estado do Rio de Janeiro, Lins de Barros justificou seu baixo número por duas vias explicativas, a primeira correspondia ao alto custo para demitir devido aos encargos impostos pela Constituição de 1988, já a segunda consistia na consciência do empresariado fluminense em manter sua mão de obra qualificada para manter seu índice de produtividade de maneira competitiva, segundo ele, a parceria entre capital e trabalho era funda-

mental para manter a indústria alinhada com as transformações em curso. Ao final da entrevista, criticou a articulação entre bancos e governo, como, por exemplo, o retorno da aplicação Over de 30 dias e a alta taxa de juros. Segundo o vice-presidente da FIRJAN, as mudanças no sistema financeiro só beneficiavam os bancos, que iriam auferir grandes lucros no mercado financeiro e, concomitantemente rolar a dívida do governo, enquanto os trabalhadores e empresários iriam pagar a fatura²².

A partir da crítica sobre o tamanho do Estado, o discurso relativo às reformas, em especial a tributária, foi ganhando força. Na oratória registrada no seu veículo de comunicação, Revista Firjan-Cirj Informa, percebesse um tom mais crítico em relação ao governo, contudo, há momentos de recuo quando o cenário parece ser mais favorável à indústria. Referindo-se ao emendão, Arthur João Donato expôs: “Com o pacote, o governo tratou de criar reformas definitivas... Estamos passando por um período sem precedentes. Diante de tantos percalços, nenhum de nós pode ter segurança quanto à sobrevivência das nossas empresas.”²³

Na ótica da FIRJAN, existia uma linha muito tênue entre a crítica e os elogios pontuais às ações do governo. O pano de fundo eram as duas vias de padrão de financiamento do qual a atividade industrial necessitava, a externa, via mercado de capitais e agências de fomento internacional, e a interna, a qual, por meio das reformas, poderia advir da poupança pública. O financiamento interno precisava de uma grande articulação política para ser concretizado nos moldes desejados pelos industriais do Rio de Janeiro, o que era dificultoso visto a relação de constantes embates entre governo e Congresso Nacional. Já o externo, dependia da habilidade

22 Revista Firjan-Cirj informa. Setembro. 1991. Nº 34, p. 8-9.

23 Revista Firjan-Cirj informa. Outubro. 1991. Nº 42, p. 1.

de Marcílio Marques Moreira, à frente da pasta da economia, fazenda e planejamento, além da articulação junto ao Congresso para abertura da economia ao mercado financeiro internacional. Em síntese, ambas as vias necessitavam, de alguma maneira, de uma boa articulação política interna. Nessa conjuntura, a FIRJAN aliou-se a Brizola de modo que fosse possibilitada uma costura de relações que propiciassem a ratificação das reformas desejadas, assim como parte da poupança pública fosse destinada ao estado do Rio de Janeiro. Alegava a entidade industrial fluminense, que a poupança pública não havia registrado queda nos vinte últimos anos, mesmo com o país passando por altos índices de inflação e insolvência externa²⁴.

Com o fim de retomar a atividade industrial em um nível competitivo, a FIRJAN reconhecia que o modelo de produtividade paupado em mão de obra barata, proteção de mercado, subsídios e matéria-prima em abundância havia se esgotado, sendo assim, entendia que o país deveria investir em pesquisa para o aumento da produção. A eliminação de distorções, que considerava clássicas, por meio de privatizações, propostas liberalizantes para o fim de monopólios e a eliminação das reservas de mercado junto a ideia de inserção do Brasil no mercado mundial também faziam parte do pensamento político econômico da entidade empresarial fluminense. A discussão sobre a criação de um centro financeiro internacional no Rio de Janeiro e o interesse em investimentos em infraestrutura numa parceria entre Eletrobrás, Telebrás e iniciativa privada²⁵, faziam face aos projetos da V Plenincó²⁶. Não por coincidência, todas essas medidas faziam parte do receituário neoliberal difundido no Consenso de Washington. O que explicita o desejo desses industriais em atrair investimentos para suas empresas, mas sob a condição de su-

bordinação no mercado internacional, já que os níveis de produtividade no Brasil eram baixos em relação aos de empresas dos países centrais. Com efeito, trata-se aqui de entender a FIRJAN como uma fração da classe dominante cujos interesses estão constitutivamente ligados ao capital internacional, e inteiramente enfeudada do ponto de vista político-ideológico em detrimento de um projeto de desenvolvimento econômico nacional contraditório aos interesses do grande capital estrangeiro (POULANTZAS, s/d, 6). Por seu turno, o cerne da questão era manter suas empresas dentro da ordem capitalista vigente, fazendo-as sobreviver em meio a mudança de padrão de acumulação de capital em voga naquele dado momento. Embora a nova dinâmica do capital atingisse múltiplos interesses, muitas vezes contraditórios, dos partícipes da entidade industrial, destacamos que os setores industriais de metalurgia básica, de bebidas e extrativista seriam os que mais se beneficiariam no Rio de Janeiro.

Os ânimos dos industriais do Rio de Janeiro ficariam mais calmos a partir da assinatura da carta de intenções com o FMI. Nela o governo se comprometeu a controlar a inflação, o que era de extrema relevância para o setor produtivo. A queda da taxa de juros também foi comemorada, pois implicava crédito para investimento na produção. Otimista em relação aos fatos, Donato explicitou em entrevista que: “hoje temos uma política econômica já definida e os choques heterodoxos, parece-me, não virão mais”²⁷. O presidente da FIRJAN também afirmou que os investimentos iriam surgir conforme a economia fosse dando sinais de recuperação e expressou que o entendimento entre trabalhadores e empresários estava próximo de ser concretizado, para tanto, citou o exemplo da indústria naval no Rio de Janeiro, destacando a solidariedade entre empresários, trabalhadores com apoio do governo do estado para recuperação do setor,

24 Revista Firjan-Cirj informa. Janeiro. 1992. Nº 49, p. 2.

25 Ibidem. p. 2.

26 Plenária da Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro.

27 Revista Firjan-Cirj informa. Janeiro. 1992. Nº 49, p. 6.

ainda que num período de demissões, pois o que estava em jogo eram os empregos por meio da sobrevivência das empresas²⁸.

4. A aliança entre capital e trabalho

A crise econômica enfrentada em 1991 trouxe à tona no início do ano de 1992 a intenção de uma aliança entre capital e trabalho. De forma recorrente e sistemática, a FIRJAN procurou construir um discurso do consenso, no qual pudesse articular com representantes de diferentes segmentos da política, dentre os quais estão Brizola e Collor, e da classe trabalhadora, quando em defesa da manutenção de empregos e valorização de salários. Estava claro, desde antes da eleição de Collor, que a FIRJAN pretendia estabelecer um eixo de atuação que contemplasse capital – trabalho– governo com a finalidade de manter a coerência estrutural do estado do Rio de Janeiro, fundamental para a manutenção das empresas de diversos segmentos econômicos e, por conseguinte, da ordem capitalista na região.

A aproximação com os trabalhadores foi materializada pelo programa “Valorização da parceria Trabalhador-Empresa”, criado pela própria entidade industrial. Ele consistia em um ciclo de palestras e discussões sobre produtividade, visando uma coesão entre empresários e trabalhadores por meio de medidas concretas. Participou da palestra de abertura o então presidente da Força Sindical, Luís Antônio Medeiros. Durante o encontro, o líder sindical dissera que a parceria entre trabalhador e empresa deveria ser uma prática e não apenas um discurso e acrescentava,

Muitas empresas estão quebrando, e não é isso que querem os trabalhadores. Afinal, para o trabalhador, perder o emprego significa perder a própria esperança. Portanto, achamos que esse é o momento de parceria. Os problemas do país

28 Revista Firjan-Cirj informa. Janeiro. 1992. Nº 49. p. 7.

são sérios e a solidariedade deve sempre se expressar no momento de sofrimento. Amizade não é discurso, é gesto.²⁹

Medeiros, em sua fala, também explicava ser adepto do sistema parlamentarista e do voto distrital, alegando que o parlamentarismo era capaz de retirar do poder o mandatário de país, de forma democrática. Dentro de uma perspectiva pró-capital, o sindicalista sugeriu a adoção de um contrato de trabalho semestral para evitar demissões, no qual a carga horária total de 1.144 horas deveria ser cumprida de forma flexível, de acordo com as necessidades da empresa, tendo o empregado direito a receber somente pelas horas trabalhadas, e ressaltou, “assim se empresa cresce, o trabalhador cresce, se for para o buraco, o trabalhador irá junto”³⁰.

A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) também prometeu apoio à iniciativa da FIRJAN. Corroborando a mesma via de pensamento da Força Sindical, Vladimir Vicente de Barros, Diretor de Relações Internacionais da CGT, participou de encontro promovido pela entidade industrial, no qual também estavam presentes Arthur João Donato e o sociólogo Walter Pesch. No que tange à parceria empresa-empregado, o sindicalista expôs:

(...) Só podemos enaltecer a esta iniciativa pioneira da FIRJAN de unir trabalhadores e empresas. Da nossa parte, o que podemos garantir é o apoio de 1532 sindicatos catalogados no computador da CGT. Afinal, quando não havia crise, não havia parceria. E, pelo jeito, a crise vai se agravar a tal ponto que a parceria será nossa única alternativa...Realmente, a hora é de pensarmos numa parceria permanente, não a que se cobra somente nos tempos de crise.³¹

Entusiasta do programa de aproximação entre empregados e empresas, o presidente

29 Revista Firjan-Cirj informa. Fevereiro. 1992. Nº 53. p.1.

30 Revista Firjan-Cirj informa. Fevereiro. 1992. Nº 53. p. 3.

31 Revista Firjan-Cirj informa. Fevereiro. 1992. Nº 55. p.1.

da FIRJAN disse: “De tanto fazer tentativas em horas críticas, a gente se habitua e, assim, consegue estabelecer um diálogo. O importante é que haja um bom relacionamento, o que parece ser o caso agora”³². Concordando com as palavras de Donato, Vicente Barros fez questão de afirmar que: “...não existe espaço para radicalismo... muitos líderes sindicais, como o Vicentinho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), eram contra o capital estrangeiro e, hoje, torcem para que ele volte a ser injetado no Brasil”³³.

Walter Pesch encerrou o encontro com uma frase que sintetizava o sentimento presente entre o sindicalista e o industrial: “A empresa continua sendo uma sociedade fechada, ao contrário da sociedade, que está cada vez mais aberta”³⁴. Ao que tudo indica, havia uma predisposição da Força Sindical e CGT em manter uma parceria com os industriais do Rio de Janeiro com o objetivo de manter postos de trabalho. Contudo devemos ressaltar que a lógica de ação dessas entidades sindicais era pautada pela negociação via produtividade, deixando de lado a rede de proteção social conquistada pelos trabalhadores durante o século XX. No caso do Brasil, visando a proteção do emprego, sugeriu-se mudanças até mesmo na forma de contratação, o que poderia onerar desproporcionalmente a classe trabalhadora, impondo um risco inerente à atividade empresarial ao trabalhador, parte mais frágil no processo produtivo. Por fim, entendemos que, ainda em tempo de crise aguda do capital nacional, a parceria na verdade era uma forma de superexploração da força de trabalho (CARCANHOLO, 2013, 199) travestida no discurso de manutenção de empregos, mas com claros objetivos de retirada de direitos sociais conquistados na Carta Maior de 1988. Desta maneira, uma boa parcela da poupança pública seria deslocada para o setor privado, em detrimento da parcela menos favore-

cida da população, forçando o deslocamento do capital para o processo produtivo.

A CUT também participou dos encontros promovidos pela FIRJAN. O presidente da CUT no Rio de Janeiro à época, Washington da Costa, discursou tecendo a mesma linha de apoio dada pela CGT e Força Sindical à parceria entre empregados e empresários: “Anteriormente, existia um radicalismo muito grande por parte dos empresários. Mas, isto mudou. Penso que agora as duas partes estão preparadas para, através do debate, avançar mais ainda nas relações, até porque os atritos não levam a nada”³⁵. E completou falando sobre a política do governo federal: “Entendo que o governo deveria desenvolver o país, melhorando os salários para, assim, aumentar o consumo interno”³⁶.

A questão dos salários a serem pagos foi bastante recorrente na fala tanto de empresários, quanto de sindicalistas. Havia convergência, na análise de ambos, sobre o papel da renda do trabalhador no processo produtivo. Sobre este ponto, havia o objetivo de se estabelecer uma relação simbiótica na qual os salários seriam capazes de manter a produção para o mercado interno e, concomitantemente, tornaria possível a sobrevivência das empresas por causa da demanda de produção criada. As palavras do vice-presidente da FIRJAN, Paulo Mário Freire, traduzem esse pensamento:

Um bom salário representa a possibilidade de aumento do poder aquisitivo. Não acredito que um salário mínimo equivalente a 100 dólares iria criar desemprego. Penso apenas que, certamente, poderia aumentar a economia informal. O que precisamos entender é que somente com mais produção será possível aumentar a demanda(...). Precisamos urgentemente reativar o mercado³⁷

32 *Ibidem*.

33 *Ibidem*.

34 *Ibidem*.

35 *Revista Firjan-Cirj informa*. Março. 1992. Nº 57. p.1.

36 *Ibidem*.

37 *Revista Firjan-Cirj informa*. Maio. 1992. Nº 63. p.3.

A partir das perspectivas de renda e manutenção de empregos, a articulação entre capital e trabalho ganha dimensão no campo político, além do econômico. Donato, defendendo o entrosamento de segmentos sociais, promoveu o Fórum “Rio – Século XXI – Sociedade Civil e Ação Política, no qual estavam presentes os presidentes da CUT e CGT no Rio de Janeiro, Washington da Costa e Rui Calandrini, respectivamente. Durante o evento, o presidente da FIRJAN discursou sobre a democracia: “...é preciso que se dê consistência e mais atenção aos objetivos que o cidadão espera”³⁸. Esse posicionamento da FIRJAN em relação aos trabalhadores era tático, pois ao mesmo tempo que servia aos interesses mais objetivos das empresas, funcionava também como uma espécie de embrião para o que poderia ser um bloco de pressão sobre o governo. Em síntese, o deslocamento de capital da poupança pública para o setor produtivo poderia ser facilitado por meio da articulação, em âmbito político, entre trabalhadores e empresários.

Essa conjuntura de apoio mútuo entre capital e trabalho foi entendida por Donato da seguinte maneira: “A crise fez com que empresários e trabalhadores compreendessem que todos estão no mesmo barco”, e concluiu: “Não nos surpreendeu a disposição dos líderes sindicais em participar desses debates. O que queremos é aumentar a massa crítica de convergência de interesses que existam entre trabalhador e empresa”³⁹.

5. Financiamento da produção e perspectivas

Após fechar um acordo com o FMI no final de janeiro de 1992, o governo federal passou a intensificar as medidas liberalizantes da economia, como a redução das tarifas aduaneiras. Tais ações tiveram o apoio dos industriais,

apesar da aparente contradição. Os empresários sabiam quais mecanismos seriam necessários para a manutenção de um ambiente econômico estável nessa conjuntura. Apontavam para uma taxa de câmbio flutuante e incentivos à exportação, como o governo havia planejado inicialmente. Um programa de recuperação para empresas com déficit tecnológico e de produtividade também era previsto pelos empresários, mas o principal pleito dos industriais residia em não aumentar a carga tributária. Outro ponto importante, era o fato de a indústria considerar relevante a retomada do papel do mercado de capitais na canalização de poupança para o sistema produtivo⁴⁰.

A busca por financiamento da produção não estancava na poupança pública e mercado de capitais. O capital em circulação no sistema financeiro nacional também fez parte do anseio da FIRJAN para investimento no processo produtivo. Apesar de ser o mais bem estruturado da América Latina, ele não participava do desenvolvimento e da operação industrial do país, como constatou a entidade industrial por meio de um editorial publicado na Revista Firjan-Cirj Informa. Reclamavam os industriais, que não possuíam formas de financiamento de longo prazo disponíveis. As oferecidas pelos bancos eram insuportáveis, visto o seu alto custo, além de serem racionadas, ou seja, com pouco capital disponível para empréstimos. Para os industriais do Rio de Janeiro, o maior problema que ocasionava o parco financiamento do processo produtivo era o próprio governo, o qual era tomador de empréstimos para rolar a dívida pública a curto e médio prazos, visando seu equilíbrio orçamentário, dando uma taxa de retorno mais segura e rápida para os banqueiros. Isso tornou o governo o principal cliente dos bancos em detrimento do setor industrial⁴¹.

38 Revista Firjan-Cirj informa. Maio. 1992. Nº 66. p.1.

39 Revista Firjan-Cirj informa. Março. 1992. Nº 59. p.1.

40 Revista Firjan-Cirj informa. Fevereiro. 1992. Nº 55. p.2.

41 Revista Firjan-Cirj informa. Março. 1992. Nº 56. p.2.

O reflexo desse cenário foi descrito de forma pormenorizada no relatório de auditoria da empresa Arthur Andersen, cujo objetivo central era o de verificar as expectativas do empresariado nacional para o ano de 1992. A auditoria constatou que apenas 48% dos empresários tinham a intenção de investir a longo prazo e, quando utilizado o indicador de empresas estrangeiras, esse número caía para 47%, chegando-se a conclusão de que a preferência para investimentos estava nos EUA, Europa e Ásia. A justificativa, segundo os empresários, mais uma vez recaía sobre a alta carga tributária e taxa de juros, transporte inadequado e burocracia deficiente para lidar com o comércio exterior. Outro problema apontado foi a expectativa de demissões, 27 % dos empresários entrevistados pretendiam demitir. Resumidamente, o âmbito de expectativa geral era do mesmo quadro de 1991, o de recessão. Para a solução, quase todos os entrevistados pregavam a reforma tributária⁴².

O longo período de inflação alta e queda de demanda, além de cinco congelamentos, três reformas monetárias, dezenas de modificações na legislação fiscal e nas regras do mercado financeiro, moratórias externas, sequestro de ativos financeiros, empréstimos compulsórios sem viabilidade de devolução, inadimplência com empreiteiros e investidores, dentre outros, forçou a adoção de uma administração defensiva, na qual as empresas abandonam as estratégias de longo prazo para resistir aos problemas de curto prazo. A recuperação da propensão a investimentos, segundo a FIRJAN, poderia ter como exemplo a mensagem do presidente dos EUA ao Congresso. Seu conteúdo contemplava o compromisso de não emitir resoluções que confundissem ou inibissem empresários e investimentos, e também tratava de uma ação de incentivos fiscais que pudessem proporcionar o nível de investimento privado. Retomando o caso

brasileiro, sugeriam os industriais da FIRJAN a racionalização da arrecadação, reduzindo a carga tributária e incentivando novos investimentos na produção⁴³.

Sobre o incentivo à produção, o governo federal acabou agradando com o lançamento do draw-back⁴⁴, ainda que de forma tímida. Nas palavras de Edgard Julius Arp, primeiro vice-presidente da FIRJAN, poderiam se considerar resultados favoráveis por causa da medida, endossando que as exportações teriam uma repercussão positiva com o incentivo dado aos produtos nacionais⁴⁵. Essa disposição em apoiar ao governo fica mais em evidência com a reforma ministerial de 1992. Collor articulava uma coalizão que abarcara o apoio de partidos como PFL, PDS, PTB, PL, PRN e PDC, o que lhe conferiu apoio da ordem de 47% das cadeiras parlamentares, além da ampliação do apoio de governos estaduais (MENEGUELLO, 1998, 115). O organograma de ministérios também foi alterado, sendo criadas quatro novas pastas: Minas e Energia; Transporte e Comunicação; Trabalho e Administração; e Previdência Social. Todos foram destinados a ocupações partidárias, ao contrário do que acontecera nos dois primeiros anos de governo. Essas alterações expressavam uma dinâmica de controle partidário das pastas em troca de obtenção de apoio no Congresso Nacional⁴⁶.

A reforma ministerial teve como desdobramento o recrudescimento do pleito de reforma constitucional, que seria realizado através das propostas no emendão. Em entrevista concedida, Manuel Leite, vice-presidente da FIRJAN, elogiou a decisão do Presidente Collor de alterar os ministros e disse acreditar na política

43 Revista Firjan-Cirj informa. Março. 1992. Nº 59. p.2.

44 Consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em produto exportado. O mecanismo funciona como um incentivo às exportações, pois reduz os custos de produção de produtos exportáveis, tornando-os mais competitivos no mercado internacional. Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/Drawback/regime.htm>.

45 Revista Firjan-Cirj informa. Março. 1992. Nº 59. p.6.

46 Ibidem. p. 116.

42 Revista Firjan-Cirj informa. Março. 1992. Nº 58. p.2.

econômica conduzida pelo Ministro Márcilio Marques Moreira e acrescentava: "...cometemos muitos erros na Constituição de 1988. Espero vê-los corrigidos na reforma constitucional de 1993"⁴⁷. Nesse sentido, os conselhos da FIRJAN elaboraram propostas de emendas, as quais foram condensadas e enviadas a CNI com o propósito de fazerem parte das sugestões sobre política industrial ao governo. O vice-presidente do CIRJ, Amaury Temporal presidiu a reunião onde foram debatidas as propostas e afirmou: "A Constituição requer uma revisão cuidadosa, para que se torne capaz de propiciar meios adequados ao desenvolvimento do país, no nível por todos desejado"⁴⁸.

Em meio a esse sentimento de euforia quanto à reforma constitucional, Collor foi acusado por seu irmão, Pedro Collor, de fazer parte de um esquema de corrupção chamado de "Esquema PC". Procurando tratar de sua imagem pública para manutenção de apoio, o mandatário da República convidou os presidentes da FIRJAN e da CNI para um café da manhã em Brasília, no dia 28 de maio. O encontro foi norteado pela entrega do documento "A indústria e a estratégia de estabilização" ao Ministro Márcilio Marques Moreira. Em discurso, Donato explicitou seu sentimento em relação à conjuntura econômica naquele dado momento: "Sentimos no Presidente uma grande disposição de ânimo para resolver os problemas de estabilização econômica, principalmente buscando o ajuste fiscal e enfatizando resultados que vem sendo obtidos em acordos internacionais"⁴⁹.

6. Crise política e efeitos na economia

O início da crise política dentro do governo Collor deu-se com a denúncia de seu irmão Pedro Collor, à revista *Veja*, na qual ele

acusou Paulo César Farias, o PC, de comandar um grande esquema de corrupção com a conivência do mandatário da República.⁵⁰ A partir daquele momento, instaurou-se uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que passou a investigar os crimes, ao passo que mobilizou a mídia e a opinião pública dentro do contexto nacional.

Os reflexos desse evento político fortuito foram sentidos na economia. Desvalorizações de títulos bancários, moeda, ouro, e ações implicaram uma postura defensiva de investidores. As perspectivas de ação e sucesso do governo nas reformas entendidas como essenciais foram também mitigadas. A reforma fiscal, vista como instrumento principal de combate ao processo inflacionário, segundo a concepção da FIRJAN dificilmente ocorreria a curto prazo, como se imaginava antes da crise política. Nesse sentido, havia a cobrança, por parte desses industriais, de que o governo deveria tomar uma posição, apresentando prazos concretos para as reformas e aplicação de investimentos estatais. No entendimento da FIRJAN, só esse tipo de atitude do governo poderia fornecer-lhe apoio dos legisladores e da própria sociedade⁵¹.

Em 9 de julho de 1992, a FIRJAN publicou uma carta à imprensa na qual discorria sobre os problemas de âmbito político pelos quais o país estava passando. Dentre outras afirmativas, a entidade procurou dar apoio à apuração dos fatos, mas sem prejulgamento dos envolvidos, entendendo que a conjuntura poderia servir de amadurecimento para as instituições. Mas o que chama a atenção na carta é o posicionamento sobre a necessidade de manter o país trabalhando, em consonância com os anseios de seu povo e a política do governo que nomeara homens de reputação inatacável para os ministérios recen-

47 Revista *Firjan-Cirj informa*. Abril. 1992. Nº 62. p.6.

48 Revista *Firjan-Cirj informa*. Maio. 1992. Nº 65. p.3.

49 Revista *Firjan-Cirj informa*. Junho. 1992. Nº 68. p.3.

50 LATTMAN-WELTMAN, F. *Fatos & Imagens*, 29 de setembro de 1992: o impeachment de Fernando Collor. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FernandoCollor>. Acessado em 02/02/2014.

51 Revista *Firjan-Cirj informa*. Julho. 1992. Nº 71. p.2.

temente⁵². A carta, destarte, funciona como elemento de apoio ao Presidente da República. O apoio dado a Collor, naquele momento de crise, denota a vontade desses industriais em manter a economia funcionando, e com um projeto de reformas que poderia ser consolidado a curto e médio prazos.

As intenções dos empresários do Rio de Janeiro ficariam mais claras num encontro com o Fernando Collor em Brasília. Estavam presentes trinta e três empresários fluminenses, dentre eles, Arthur João Donato, presidente da FIRJAN. Durante o encontro, Donato disse que prestigiava o progresso do país e que a crise política não deveria ser impeditivo para o desenvolvimento econômico e social. Na ocasião, Collor também pediu apoio dos empresários à política econômica⁵³. Contudo, a finalização e entrega do relatório da CPI, no final do mês de agosto de 1992, mudaria definitivamente o rumo da aproximação entre Collor e a FIRJAN.

A economia entrava em retrocesso diante do aumento de volume do movimento pró- impeachment nos diversos pontos do país, conforme demonstra a afirmação de Donato: "... a política econômica não está apresentando resultados devido à crise política (...). Nós, empresários, queremos separar a crise política da crise econômica"⁵⁴. A crise política não mitigou o pleito por reformas, ao contrário, adensou seu conteúdo. Segundo a FIRJAN, as reformas necessárias para a viabilização do país não eram de natureza administrativa, mas de ordem constitucional. Ensejando a mudança na Carta Maior, a entidade industrial pretendia mudanças no sistema financeiro nacional⁵⁵, resgatando, assim, a questão do financiamento da produção. Em sua concepção, as mudanças na constituição propor-

cionariam um ambiente econômico salutar para investimentos.

Em carta apresentada a CNI, em 3 de setembro de 1992, a FIRJAN apresentara sua posição em relação ao movimento de impeachment sob dois aspectos, um econômico e o outro político. Sob este aspecto explicitava apoio à Constituição, às leis e às instituições, discorria também que a CPI desencadeara o sentimento moralizador no tocante aos costumes políticos e à gestão de recursos públicos. Contudo, ressaltava que o pedido de impeachment do mandatário da República não deveria servir a interesses ou paixões, devendo o mesmo estar adstrito à linha da legalidade.

Sob o aspecto econômico, a entidade empresarial fluminense destacava a importância de manter o país trabalhando, em consonância com a política econômica do governo, a qual estava pautada na estabilização econômica e em projetos de liberalização e modernização. Havia o receio de a crise política perdurasse e acabasse comprometendo os anseios por desenvolvimento econômico e social do país. Nesse sentido a tomada de posição da FIRJAN em relação ao momento político fica mais nítida nesse trecho do documento:

Integrados na consciência nacional de que precisam prevalecer os princípios da moral e da ética, cuja rigorosa observância constitui não só aspiração do povo brasileiro, como condição imperiosa para a modernização econômica do Brasil, os industriais fluminenses colocam-se na vanguarda do movimento que visa manter a Nação ativa, cheia de fé no futuro, trabalhando, produzindo e crescendo, sob a égide da liberalização e da modernidade.⁵⁶

O documento encerra tocando a questão das reformas legislativa e constitucional, ambas consideradas essenciais pela entidade in-

52 Revista Firjan-Cirj informa. Julho. 1992. Nº 72. p.1.

53 Revista Firjan-Cirj informa. Julho. 1992. Nº 73. p.5.

54 Revista Firjan-Cirj informa. Agosto. 1992. Nº 78. p.3.

55 Ibidem. p.2.

56 Revista Firjan-Cirj informa. Setembro. 1992. Nº 81. p.3.

dustrial, pois poderiam assegurar a mudança de hábitos políticos no país, assim como a estabilidade monetária, recuperação econômica e desenvolvimento social. Em síntese, o ponto-chave eram as reformas pleiteadas, as quais só seriam possíveis, visto a conjuntura política, a partir da saída de Collor do governo central. Nesse sentido, a posição de vanguarda do movimento avocada pela FIRJAN denota o desejo de mudanças que propiciassem a consecução de seu projeto de desenvolvimento no que tangia à produção industrial.

Ratificando o posicionamento da FIRJAN, as Confederações da Indústria, do Comércio, dos Transportes, da Agricultura e do sistema financeiro lançaram um manifesto no qual ressaltava a importância da revisão do Estado, através do equilíbrio do setor público e da busca da melhoria da eficiência, da produtividade e competitividade. Concluía solicitando maior liberdade à iniciativa privada, à privatização das atividades econômicas e à desregulamentação burocrática. Nesse ponto fica demonstrado que a manutenção de Collor na Presidência da República dificultaria o alcance desses objetivos, fato esse que dava volume ao impeachment.

A crise política também foi tema de palestra proferida pelo cientista político Amaury de Souza na sede da FIRJAN. Durante o evento, Amaury apresentou dois dilemas que seriam impostos à sociedade: o primeiro, versava sobre a continuidade de Collor no governo, mesmo após a aceitação de abertura de processo de impeachment, o que deveria durar pelo menos seis meses; o segundo, seria o retrocesso à modernização da economia com a saída do Presidente da República, já que o Vice-Presidente, Itamar Franco, é contrário a algumas ações modernizadoras de Collor, como o programa de privatização das estatais. Diante da análise das duas situações, os empresários marcaram posição sobre o que pen-

savam daquele momento político. O primeiro foi Donato: “Não se pode e não se deve forçar a renúncia do Presidente Collor. Podemos, isto sim, fazer apelos para que ele renuncie”⁵⁷. Já Amaury Temporal disse: “Existem federações tomando o mesmo posicionamento das ruas, o que consideramos errado”⁵⁸. Enquanto, Antenor Barros Leal, vice-presidente da FIRJAN, afirmou:

Não chegou ainda o momento em que uma crise política não afetará a economia em nosso país. A Itália e o Japão já passaram por várias crises políticas, sem que a atividade econômica fosse afetada. Espero que o julgamento do impeachment seja justo e rápido. A economia brasileira já é frágil e, além disso, já atravessa uma recessão.⁵⁹

Nota-se no discurso desses empresários uma preocupação com a ordem constitucional. O tratamento de respeito às leis parecia ser imprescindível para o resgate de confiança na economia. O desejo de continuação da política econômica do governo, vista como modernizadora, representa o objetivo de respeito às leis, independente da conjuntura política. Entendemos que isto significa um sinal para investidores terem confiança na realização de investimentos no Brasil.

Collor deixara o cargo de Presidente da República no final do mês de setembro. O funcionamento das instituições até sua saída foi considerado como parte da maturidade democrática adquirida pelo Brasil, segundo a FIRJAN. Após a assunção de Itamar Franco e posterior formação de ministérios, Donato teceu elogios ao novo Chefe do Poder Executivo:

Eu sinto a disposição do Presidente Itamar em não desperdiçar tudo aquilo que foi utilmente trabalhado na linha da política econômica e que, agora, por força da credibilidade que o

57 Revista Firjan-Cirj informa. Setembro. 1992. Nº 80. p.1.

58 Revista Firjan-Cirj informa. Setembro. 1992. Nº 80. p.1.

59 Ibidem. p. 1.

governo traz consigo, acho que vai poder aperfeiçoar. Depois dessa magnífica mobilização nacional em torno da moralidade, fica muito mais fácil conseguirmos, numa etapa seguinte, o consenso que levará o Brasil a se inserir no mundo moderno.⁶⁰

A postura da FIRJAN, em relação ao novo governo, demonstra posicionamento tático da instituição, que vislumbrava a consecução de uma reforma constitucional, além da manutenção da política econômica orquestrada por Marcílio Marques Moreira. O interesse dos industriais do Rio de Janeiro circunscrevia a obtenção de formas investimento na produção, o que se tornou inviável durante o governo Collor, visto a crise política pela qual passara durante o ano de 1992, o que gerava desconfiância e falta de segurança do mercado para injeção de capital no país.

Considerações finais

O lançamento do Projeto de Reconstrução Nacional surgiu como alternativa ao malogro dos Planos Collor I e II. Além de ser um projeto potencialmente capaz de provocar transformações no campo macroeconômico, serviu como representação da disposição do governo Collor em tocar em pontos sensíveis, principalmente os de âmbito constitucional, que poderiam trazer benefícios ou, até mesmo, manter a sobrevivência de capitalistas nacionais dentro da ordem capitalista internacional. Tratava-se de manter a governabilidade e estabelecer o consenso com frações da classe dominante, dentre elas estavam os industriais da FIRJAN.

O chamado “Emendão” teve apoio da entidade empresarial fluminense. O pensamento de governo e empresários tinha convergência sobre temas como a reestruturação da economia, organização sindical e as formas de financiamento da economia nacional e capital estrangeiro. A recessão pela qual a economia atravessara por

quase uma década já causava reflexos na cadeia de produção, ameaçando empregos, suprimindo a demanda, por conseguinte, pondo em risco a sobrevivência das empresas. É nessa conjuntura que surgia a busca por soluções, dentro das quais o emendão passava a ser a opção mais imediata.

O projeto do governo trazia no seu bojo mudanças significativas para economia, mas sem perder de vista a submissão aos ditames dos países centrais. A transformação que seria operada com sua implantação tocava a mudança de padrão de acumulação de capital, passando do modelo desenvolvimentista para o neoliberal, desta maneira engendrando a opção pelo subdesenvolvimento. O cerne da questão seria o modo em que ocorreria a transição. A FIRJAN sabia dessas transformações em escala global, o que a forçou traçar um modelo de transição para setor produtivo nacional. Os baixos investimentos em ciência e tecnologia na cadeia de produção fizeram a entidade sair em busca de recursos para aumento da competitividade da indústria. Nesse sentido, a entidade norteou suas ações sob duas vias, a primeira era pautada pela ação política, presente no pleito de participação da política industrial nacional e na sua articulação com o governo do estado do Rio de Janeiro e com o próprio Presidente da República. Já a segunda, tocava investimentos de caráter imediato por meio de parcerias com instituições estatais de fomento.

O padrão de financiamento da economia foi assunto de recorrente interesse da FIRJAN. Interessava aos industriais o deslocamento de uma parte maior da poupança pública para a cadeia produtiva e obtenção de capital estrangeiro para o mesmo fim. Esta opção só seria concretizada a partir da adoção de reformas, em especial a fiscal, e com a estabilidade do ambiente macroeconômico, os quais seriam capazes de atrair investidores. Já a poupança pública poderia ser transferida por meio da redução de

60 Revista Firjan-Cirj informa. Outubro. 1992. Nº 85. p.1.

tributos e da exclusão da rede de proteção social do trabalhador conquistada na Constituição da República de 1988, encarada pelos empresários como dispendiosa e arcaica.

Em meio ao ambiente de estagflação, ou seja, com alto índice de desemprego e baixos salários, a solução encontrada pelos empresários convergia com a do governo, a ideia era flexibilizar a legislação trabalhista, retirando a rede de proteção do trabalhador. Com o objetivo de ter ressonância e estabelecer um consenso com as camadas das classes subordinadas, a FIRJAN criou o programa “Valorização da parceria Trabalhador-Empresa”. O argumento central do programa circunscrevia a luta pela manutenção de empregos e melhoria de renda do trabalhador. As entidades sindicais CGT, CUT e Força Sindical apoiaram a FIRJAN, numa clara demonstração simbiose entre empresários e trabalhadores, cuja defesa passava a ser a do processo produtivo. Essa dinâmica pró-capital, baseada no conceito de competitividade e assunção dos riscos inerentes à produção por empresários e trabalhadores, serviria ao objetivo central dos industriais, transferir capital da poupança pública para o setor produtivo, numa clara dinâmica de superexploração do trabalhador, inerente a países subdesenvolvidos.

A crise política pela qual passou Collor só fez piorar o ambiente macroeconômico. O escândalo de corrupção teve força para desestruturar os planos de curto e médio prazo da FIRJAN. A instabilidade econômica e a relação cada vez mais extremada entre executivo e legislativo, após a entrega do relatório final da CPI do PC, forçaram os industriais a uma tomada de posição voltada para ordem constitucional, baseada no funcionamento democrático das instituições de um Estado de Direito. No cálculo estratégico dos empresários, o melhor para atração de investimentos seria a demonstração de que o país

era capaz de respeitar suas próprias instituições e funcionar mesmo diante de uma investigação que tocava a figura do mandatário da República. As reformas pretendidas pela entidade empresarial não saíram de sua pauta após a saída de Collor do Palácio do Planalto, o que denota que seus anseios não estavam atrelados a uma figura ou partido político especificamente, mas sim aos interesses do capital.

Bibliografia

ANDERSON, Patrícia. Câmaras Setoriais: Histórico e Acordos Firmados – 1991/95. Brasília. Ipea. Texto para Discussão, nº667.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. Revista Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro. 2013. Volume 11, número 1.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo. Editora Unesp. 2004.

DALMAZO, Renato Antônio. “A Política Fiscal: do “Superávit” de Caixa aos Tropeços e ao Retorno da Crise Fiscal”. Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, v.21, n.1, 1993.

FILHO, Calino Pacheco. “Emprego e Salário: a queda do governo Collor e as novas perspectivas”. Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, v.21, n.1, 1993.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital Imperialismo Teoria e História. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. Contrato Coletivo de Trabalho: Utopia ou Realidade?. Palestra proferida na Comissão de Relações Trabalhistas do 58º encontro da empresas de construção de Belém. Belém. 1993.

LATTMAN-WELTMAN, F.. Fatos & Imagens, 29 de setembro de 1992: o impeachment de Fernando Collor. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FernandoCollor>. Acessado em 02/02/2014.

MENEGUELLO, Rachel. Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MIRANDA, José Carlos & TAVARES, Maria da Conceição. Brasil: Estratégias da conglomeração. In: Estados e moedas no desenvolvimento das nações (Org. José Luís Fiori). Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2012.

MOREIRA, Maurício Mesquita. A Indústria Brasileira nos Anos 90. O que já se Pode Dizer?. www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90__b.pdf

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista, O Ornitórrinco. São Paulo. Editora Boitempo. 2003.

POULANTZAS, Nicos. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

POULANTZAS, Nicos. As Classes Sociais. p. 24 Fonte: www.cebrap.org.br/v2/files/upload/



biblioteca.../as_classes_sociais.pdf. Tradução: Raimundo Henrique Barbosa. Acessado em 15/03/2015.

SILVA, Robson Dias da. Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2012.

VIANNA, Luiz Werneck. De um Plano Collor a Outro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1991.

